
O Emprego Doméstico na Região Metropolitana de Salvador

Em 2 de abril de 2013, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 72, que ampliava os direitos dos empregados domésticos – como proteção do salário, jornada máxima, horas extras, segurança do trabalho, FGTS obrigatório, entre outros. Em meio a grande expectativa acerca dos rumos dessa ocupação no Brasil, no dia 17 de março de 2015, a Câmara de Deputados aprovou o Projeto de Lei Complementar 302/13, que regulamenta os direitos e deveres do trabalhador, falta ainda passar pelo Senado. No período transcorrido, desde a aprovação da Emenda 72, foi possível perceber algumas mudanças nas características do emprego doméstico, ocupação que vem sendo investigada, desde 1996, pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador – PED-RMS.

Mesmo sem regulamentação nos dois primeiros anos de sua vigência, a aprovação da Emenda 72, em 2013, gerou questionamentos com relação ao impacto dessas medidas sobre o volume empregado nos serviços domésticos. No ano de 2013, houve, de fato, redução no contingente de empregados domésticos na RMS, todavia esse decréscimo ocorreu, principalmente, entre as diaristas (-17,8%) e entre as mensalistas sem carteira (-3,5%), enquanto o contingente de domésticas com carteira assinada se elevou (10,6%). Já em 2014 o emprego doméstico apresentou acréscimo em todas as posições, porém, de modo mais que proporcional para aquelas trabalhadoras com carteira de trabalho assinada; o que, ao menos na RMS, mostra que a aprovação da Emenda não trouxe impactos negativos na geração de postos de trabalho formalizados nesse segmento.

Em 2013, não havia como distinguir quanto tais mudanças foram decorrentes da aprovação da Emenda Constitucional e quanto o foram da conjuntura econômica ou de políticas específicas que também afetam outras categorias de trabalhadores. Já, em 2014, diante do fraco crescimento econômico observado nos últimos dois anos e,

ao se comparar a evolução do emprego doméstico com carteira assinada com a da ocupação de uma forma geral (quando o primeiro cresceu 2,3% e o segundo 7,6%), constata-se que há informações suficientes que ajudam a entender o formato que está se delineando para esta ocupação no mercado de trabalho regional.

Para analisar esses e outros indicadores do emprego doméstico, foram utilizadas as informações captadas pela PED-RMS, nos anos de 2013 e 2014. Na RMS, a PED é realizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia em parceria com o Dieese, a Fundação Seade do Estado de São Paulo, a Setre-Ba, com apoio do MTE/FAT.

Neste estudo, são analisadas apenas as informações das mulheres no emprego doméstico, como maneira de melhor entender esse segmento em situações típicas; uma vez que os homens, além de comporem uma parcela muito pequena, costumam exercer atividades com características bastante distintas das desempenhadas pelas mulheres, como as de motorista e jardineiro.

Evolução da estrutura da ocupação

Em 2014, a participação dos serviços domésticos no total da ocupação na Região Metropolitana de Salvador era de 8,2%, sendo que as mulheres representavam 96,5% dos ocupados inseridos neste segmento – cerca de 122 mil trabalhadoras. Essas mulheres eram contratadas, principalmente, para realizarem atividades de serviços gerais, com ou sem carteira de trabalho assinada, ou trabalhando como diaristas.

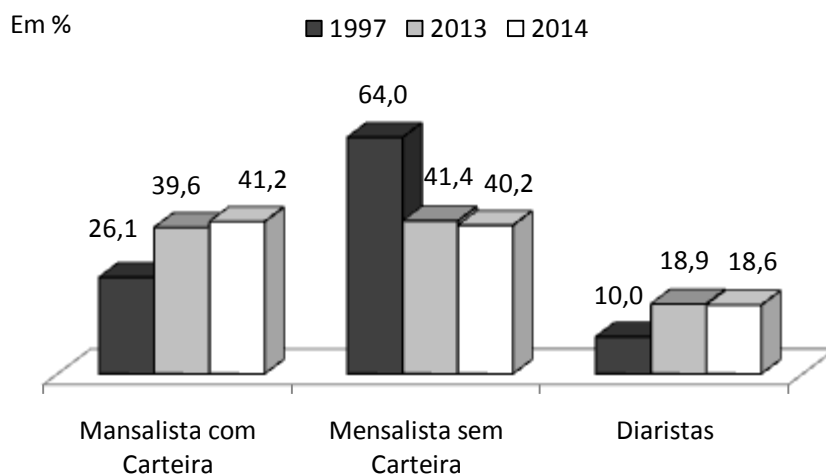
Após um longo período entre 2001 e 2010 em que houve redução da importância do emprego doméstico remunerado na estrutura ocupacional das mulheres, o segmento apresentou estabilidade nos anos 2011 a 2014, sendo responsável por cerca de 17,0% do total da ocupação feminina. No ano de 2013 para a ocupação doméstica houve decréscimo de 1,7%, já em 2014 este número volta a se elevar em 3,4%.

Uma tendência verificada ao longo da série histórica anual da PED-RMS, iniciada em 1997, foi o aumento da formalização, que acompanhou o movimento observado no mercado de trabalho no Brasil. O número de trabalhadoras mensalistas com carteira de trabalho assinada pelo empregador cresceu 80,0% entre 1997 e 2014, enquanto que o de mensalistas sem carteira assinada diminuiu 28,4%. Por outro lado, a ocupação doméstica como diarista, elevou-se 112,1% no mesmo período.

A ampliação da participação de diaristas no contingente de trabalhadoras domésticas e a drástica redução do percentual de empregadas domésticas que residiam no domicílio dos empregadores foram outras das alterações nas relações de trabalho. As diaristas representavam 10,0% das trabalhadoras do segmento em 1997, e elevaram esse percentual para 18,6% em 2014, e as domésticas que residiam no domicílio dos empregadores decresceram (41,5%) do total de trabalhadoras domésticas em 1997 para menos de 3,0% em 2014.

Repetindo o que ocorreu em 2013, no ano em análise a única posição ocupacional que elevou a sua participação no emprego doméstico foi a mensalista com carteira assinada, passando a responder por 41,2% da ocupação doméstica. Vale destacar que é a primeira vez, dentro da série histórica da PED-RMS, que a proporção de domésticas com carteira de trabalho assinada ultrapassa a de domésticas sem carteira assinada. Apesar disso, a proporção de empregadas domésticas sem carteira assinada ainda é muito grande (Gráfico 1), o que aponta a relevância da regulamentação de leis relativas ao trabalho doméstico, como a recente aprovação do Projeto de Lei Complementar 302/13.

Gráfico 1
Distribuição das mulheres empregadas domésticas, por posição na ocupação
Região Metropolitana de Salvador – 1997, 2013 e 2014

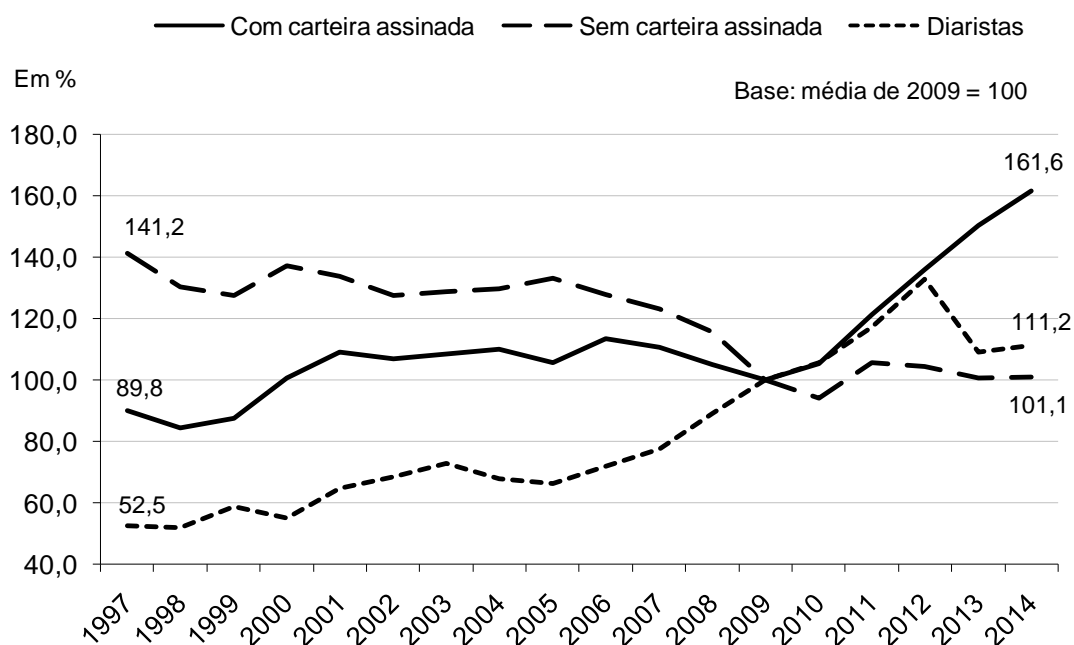


Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

Em termos absolutos, entre 2013 e 2014, foram criadas ocupações majoritariamente entre as empregadas domésticas mensalistas com carteira assinada (7,6%) e, de forma menos intensa, entre as diaristas (1,7%), enquanto para as mensalistas sem carteira o nível de ocupação ficou praticamente estável (+0,4%). Ao longo da série histórica, a forma de inserção que mais cresceu foi a de diarista, todavia, nos últimos - a tendência vem se modificando e a ocupação com carteira assinada passou a se elevar mais intensamente (Gráfico 2).

Algumas hipóteses podem ser levantadas para explicar essa ocorrência, além de seguir uma tendência geral de formalização, como já citado anteriormente, o crescimento econômico observado nos últimos anos, somado à elevação da escolaridade, certamente, são fatores que contribuíram de modo significativo para essa mudança. No momento em que as oportunidades de trabalho se multiplicaram e essas trabalhadoras passaram a responder aos requisitos de maior escolarização, a tendência seria, de um lado, migrarem para setores mais estruturados e que ofereçam um maior status social e, por outro lado, aquelas que permanecem no segmento doméstico passam a ter um maior poder de barganha.

Gráfico 2
Índices do nível de ocupação das mulheres empregadas domésticas, por posição na ocupação
Região Metropolitana de Salvador – 1997-2014



Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

Perfil das Empregadas Domésticas

Assim como o total da população, as mulheres ocupadas no emprego doméstico vêm elevando o seu nível de instrução, mesmo que em ritmo menos intenso. Em 2012, 26,8% dessas mulheres tinham nível médio completo ou superior incompleto; em 2013, esse percentual se elevou para 27,3%; e em 2014 permaneceu relativamente estável, ao passar a 27,4%. Constata-se que as trabalhadoras domésticas com carteira assinada têm nível de instrução um pouco mais elevado do que aquelas sem carteira assinada.

A maioria das mulheres que trabalham como empregadas domésticas estão na faixa etária entre 24 a 39 anos, seguidas daquelas entre 40 a 49 anos. Cabe destacar que a parcela de empregadas domésticas de quarenta anos e mais vem aumentando sua participação, 48,2% em 2013, e 51,8% em 2014. Este aumento poderia indicar que as trabalhadoras estão envelhecendo nesta ocupação. Considerando as características sócio demográficas das empregadas domésticas, verifica-se que aumentou a

proporção de negras no último ano, passando de 95,8% para 97,0% em 2014. Com relação a chefia de domicílio, percebe-se um crescimento deste segmento que era 34,7% em 2013 em chega em 2014 a 39,8%, e superior ao observado no contingente geral de ocupadas (27,4%).

Uma vertente que merece ser observada, ao considerar o emprego doméstico, é o local de moradia dessas trabalhadoras, em 2014, 84,5% das trabalhadoras domésticas da RMS residiam e trabalhavam no município de Salvador, proporção menor que no ano de 2013, quando esse percentual foi de 85,9%. Além disso, deve-se observar a proporção das domésticas que não moram no trabalho, que aumenta a cada ano, e foi de 97,2%, em 2014. Na RMS, no período em análise, observa-se que 95,3% dessas trabalhadoras residiam e trabalhavam no mesmo município, esse percentual foi menor que o observado no ano de 2013, que era 96,1%. Em qualquer forma de inserção observada, o percentual de trabalhadoras domésticas que residiam e trabalhavam no mesmo município diminuiu no período, como mostra a Tabela 1. Isso pode indicar que algumas trabalhadoras não conseguiram encontrar trabalho mais próximo de sua localidade de moradia. Ainda que o percentual que reside e trabalha em municípios distintos permaneça pequeno, sabe-se que parcela importante delas – mesmo as que moram e trabalham no mesmo município – se desloca de regiões mais periféricas para trabalhar em regiões mais centrais. E é fato que elas têm que percorrer penosos e longos trajetos diariamente.

Tabela 1

Distribuição das mulheres empregadas domésticas, por posição na ocupação, segundo região de moradia e de trabalho

Região Metropolitana de Salvador – 2013-2014

(%)

| Período e Região de Moradia | Total | Mensalistas | | Diaristas |
|--|--------------|--------------------------|--------------------------|--------------|
| | | Com carteira assinada | Sem carteira assinada | |
| 2013 | | | | |
| RMS | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Reside e trabalha no mesmo município | 96,1 | 95,3 | 96,7 | 96,4 |
| No Município de Salvador | 85,9 | 89,9 | 82,7 | 84,4 |
| Fora do Município de Salvador | 10,2 | (1) | (1) | (1) |
| Reside e trabalha em municípios distintos | (1) | (1) | (1) | (1) |
| Reside no Município de Salvador | (1) | (1) | (1) | (1) |
| Reside fora do Município de Salvador | (1) | (1) | (1) | (1) |
| 2014 | | | | |
| RMS | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Reside e trabalha no mesmo município | 95,3 | 94,3 | 96,2 | 95,4 |
| No Município de Salvador | 84,5 | 86,0 | 82,3 | 85,9 |
| Fora do Município de Salvador | 10,8 | (1) | (1) | (1) |
| Reside e trabalha em municípios distintos | (1) | (1) | (1) | (1) |
| Reside no Município de Salvador | (1) | (1) | (1) | (1) |
| Reside fora do Município de Salvador | (1) | (1) | (1) | (1) |

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Rendimento e Jornada

Entre as mudanças determinadas pela emenda constitucional, incluem-se o limite da jornada de trabalho em 44 horas por semana e a remuneração pelas horas excedentes. Portanto, um dos efeitos esperados dessa regulação sobre as condições de trabalho seria a redução da jornada de trabalho média das trabalhadoras. Nos anos de 2013 e de 2014, registrou-se a menor média de jornada da série da pesquisa: 37 horas na semana, frente às 38 horas que foram praticadas no ano de 2012.

O resultado reflete as alterações da regulamentação, na medida em que as jornadas das trabalhadoras mensalistas foram reduzidas em uma hora por semana, tanto para as que tinham a relação de trabalho reconhecida pela carteira de trabalho assinada quanto para as sem carteira assinada (no primeiro caso de 46 horas/semana para 45 e, no segundo caso, de 36 horas/semana para 35). Nesse período, as diaristas tiveram um acréscimo de 1 hora, em média, na jornada semanal de trabalho: de 20 horas em 2013 para 21 horas em 2014.

Essas pequenas reduções na média de horas de trabalhadas têm sido importantes na melhoria da inserção das empregadas domésticas, especialmente entre aquelas que têm carteira de trabalho assinada. Parte considerável das trabalhadoras domésticas mensalistas sempre tiveram jornadas de trabalho semanal acima das 44 horas estabelecidas legalmente e, apesar dessa proporção ainda ser elevada, ela vem declinando ao longo do tempo – em 2012, 69,5% das empregadas domésticas mensalistas que tinham carteira de trabalho assinada tinham jornada de trabalho superior a 44 horas semanais; em 2013, esse percentual declinou para 57,3%; e em 2014 reduziu para 54,7%.

A semelhança do que ocorreu no ano anterior, em 2014 o rendimento médio real por hora trabalhada aumentou para as três formas de contratação no emprego doméstico. A valorização foi mais intensa entre as diaristas (6,7%) e as mensalistas sem carteira de trabalho assinada (2,6%) e de menor proporção entre as trabalhadoras com carteira de trabalho assinada (1,7%). Para o conjunto da categoria o valor da hora trabalhada cresceu 2,8%, ao passar de R\$ 3,88 em 2013 para R\$ 3,99 em 2014 (Tabela 2).

Ao longo da série histórica da PED-RMS, o rendimento médio real das trabalhadoras domésticas só não se elevou em 2004; cresceu mais intensamente a partir de 2005; e no decorrer do período, o ano que apresentou o menor incremento foi 2014. Já entre aquelas com carteira assinada houve acréscimo do rendimento médio real por hora trabalhada em todos os anos da série.

Tabela 2
Jornada média semanal trabalhada (1) e rendimento médio real por hora das mulheres empregadas domésticas (2), por posição na ocupação
Região Metropolitana de Salvador – 2013-2014

| | | | | | (%) |
|---|-------|-----------------------|-----------------------|-----------|-----|
| Indicadores | Total | Mensalistas | | Diaristas | |
| | | Com carteira assinada | Sem carteira assinada | | |
| 2013 | | | | | |
| Jornada Média Semanal (em horas) | 37 | 46 | 36 | 20 | |
| Rendimento Médio Real (3) por hora (em reais) | 3,88 | 3,96 | 3,43 | 4,98 | |
| 2014 | | | | | |
| Jornada Média Semanal (em horas) | 37 | 45 | 35 | 21 | |
| Rendimento Médio Real (3) por hora (em reais) | 3,99 | 4,02 | 3,51 | 5,32 | |
| Variação 2014/2013 | | | | | |
| Jornada Média Semanal (em horas) | 0 | -1 | -1 | +1 | |
| Rendimento Médio Real (3) por hora (em %) | 2,8 | 1,7 | 2,6 | 6,7 | |

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

(1) Exclui as empregadas domésticas que não trabalharam na semana.

(2) Excluem as empregadas domésticas que não trabalharam na semana; as empregadas domésticas assalariadas que não tiveram remuneração no mês; e as empregadas domésticas que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Valores em reais de novembro de 2014.

Contribuição para a Previdência Social

Algumas especulações acerca da política de Valorização do Salário Mínimo seria a de que essa ação levaria à redução da formalização para os ocupados de modo geral e, em especial, para as empregadas domésticas. Na RMS, se observou a elevação da parcela de empregadas domésticas com contribuição à previdência social que evoluiu de 39,8% em 2012 para 45,7% das trabalhadoras em 2013, alcançando 48,8% em 2014. Contudo, mesmo considerando as melhorias ocorridas no período analisado, chama atenção a situação de quase total exclusão de acesso a direitos trabalhistas e previdenciários das trabalhadoras domésticas mensalistas sem carteira assinada e das diaristas, dado que 89,8% entre as primeiras e 80,2% entre as segundas, não contribuem com a Previdência Social (Tabela 3), provavelmente pela dificuldade de comprometer parcela de seus baixos rendimentos para participar desse sistema.

Tabela 3
Distribuição das mulheres empregadas domésticas, por posição na ocupação, segundo
contribuição para a Previdência Social
Região Metropolitana de Salvador – 2013-2014

| | | | | | (%) |
|---------------|-------|-----------------------|-----------------------|-----------|-----|
| Período e | Total | Mensalistas | | Diaristas | |
| | | Com carteira assinada | Sem carteira assinada | | |
| | | | | | |
| 2013 | | | | | |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | |
| Contribui | 45,7 | 99,5 | (1) | (1) | |
| Não contribui | 54,3 | (1) | 90,9 | 86,6 | |
| | | | | | |
| 2014 | | | | | |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | |
| Contribui | 48,8 | 99,7 | (1) | (1) | |
| Não contribui | 51,2 | (1) | 89,8 | 80,2 | |

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Diante desses fatos, a questão que se coloca seria, além de assegurar o cumprimento dos novos direitos contemplados na legislação para as mensalistas, criar mecanismos que desestimulem a substituição de mensalistas por diaristas como forma de desobrigação das novas regras por parte de seus empregadores.

A situação das diaristas, no que diz respeito à relação de trabalho, assemelha-se a dos trabalhadores autônomos e por conta própria. Estes vêm sendo contemplados com legislação específica, como a do microempreendedor individual, cujo objetivo é possibilitar o acesso a direitos previdenciários e ao novo regime fiscal. Nesse sentido, a criação de mecanismos que facilitem a contribuição e o acesso aos benefícios sociais às diaristas é fundamental no contexto de crescimento da ocupação dessa parcela de trabalhadoras domésticas.

HISTÓRICO

A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS)¹ produz informações sobre a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho desta região, mediante um levantamento mensal e sistemático sobre o emprego, o desemprego e os rendimentos do trabalho. Ao contrário de outras pesquisas, sua metodologia², ao privilegiar a condição de procura de trabalho, na caracterização da situação ocupacional dos indivíduos, permite captar formas de desemprego que são próprias de mercados de trabalho estruturalmente heterogêneos, como é o caso do brasileiro. Assim, por meio dela, pode-se evidenciar, além do desemprego aberto (o mais comum e conhecido), o desemprego oculto — por trabalho precário ou desalento³.

A PEDRMS é uma iniciativa do Governo do Estado da Bahia, realizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão da Secretaria de Planejamento (Seplan) e pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), esta última até outubro de 2009. A pesquisa é financiada com recursos orçamentários do tesouro do Estado da Bahia e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através do Sistema Nacional de Emprego (Sine-BA), conforme a Resolução nº 55, de 4 de janeiro 1994, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat).

A Pesquisa coleta informações mensalmente, através de entrevistas com moradores de 10 anos de idade ou mais, em 2.500 domicílios da Região Metropolitana de Salvador, resultando na aplicação de cerca de 9.000 questionários/mês.

A PEDRMS permite o acompanhamento de aspectos quantitativos e qualitativos da evolução do mercado de trabalho local. Seus resultados fornecem preciosas informações para a atuação de gestores do setor público, trabalhadores, empresários e estudiosos do mercado de trabalho, permitindo-lhes o acesso a informações essenciais para a tomada de decisões

¹ Essa pesquisa já foi realizada anteriormente na RMS, no período 1987/1989. Sua retomada deu-se a partir de julho de 1996, com três meses de “pesquisa piloto”, que permitiu testar o funcionamento de todas as etapas do trabalho. A partir de outubro de 1996 iniciou-se a “pesquisa plena” que possibilitou as avaliações e análises do mercado de trabalho da RMS, por meio dos indicadores gerados no trimestre outubro-dezembro de 1996.

² Sobre a metodologia utilizada na pesquisa, ver:

TROYANO, A. A. et al. A necessidade de uma nova conceituação de emprego e desemprego: a pesquisa Fundação Seade/Dieese. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 2-6, jan./abr. 1985.

TROYANO, A. A. A trajetória de uma pesquisa: avanços e obstáculos. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 4, n. 3/4, p.69-74, jul./dez. 1990.

TROYANO, A. A. Pesquisa de emprego e desemprego: metodologia, conceitos e aferições dos resultados. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 123-134, out./dez. 1992.

³ Esses e outros conceitos utilizados na pesquisa estão expostos em Notas Metodológicas na página seguinte do presente boletim.

não apenas no que se refere à área do trabalho, mas também ao campo econômico e à política de emprego de um modo geral.

Pesquisas semelhantes, do ponto de vista metodológico, também são realizadas nas seguintes regiões metropolitanas: São Paulo (desde 1985), Porto Alegre (desde 1992), Brasília (desde 1991), Belo Horizonte (desde 1994), Recife (desde 1997) e Fortaleza (desde 2008). Essa metodologia comum foi desenvolvida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e a Fundação Seade — órgão da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de São Paulo —, que acompanham sistematicamente sua aplicação em todas essas regiões.

NOTAS METODOLÓGICAS

Plano amostral

A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana Salvador (PEDRMS) tem como unidade amostral o domicílio da área urbana dos dez municípios que a compõem: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz. Estes municípios estão subdivididos em 17 distritos, 22 subdistritos, 165 zonas de informação (ZI) e 2.243 setores censitários (SC). A metodologia de sorteio produz uma amostra equiproporcional em dois estágios, sendo os setores censitários sorteados dentro de cada ZI e os domicílios dentro de cada SC. As informações de interesse da pesquisa são coletadas mensalmente, através de entrevistas realizadas com os moradores de dez anos de idade ou mais, em aproximadamente 2.500 domicílios, que representam uma fração amostral de 0,35% do total de domicílios da RMS. Em alguns casos, a significância pode atingir o âmbito municipal.

Médias trimestrais

Os resultados são divulgados mensalmente e expressam médias trimestrais móveis dos indicadores produzidos. Isto significa que as informações referentes a determinado mês representam a média dos dados coletados no último mês e nos dois meses que o antecederam.

Revisão de índice

A partir de agosto de 1997, as séries de índices das tabelas 5, 6, 7 e 12 (anexo estatístico) foram revisadas com base nas novas estimativas demográficas, obtidas através da contagem da população realizada pelo IBGE em 1996. A partir de janeiro de 2001, as projeções de população foram ajustadas com base nos resultados definitivos do Censo 2010.

PRINCIPAIS CONCEITOS

PIA

População em Idade Ativa: corresponde à população com dez anos ou mais.

PEA

População Economicamente Ativa: parcela da PIA ocupada ou desempregada.

Ocupados

São os indivíduos que possuem:

- Trabalho remunerado exercido regularmente.
- Trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual. Excluem-se as pessoas que, não tendo procurado trabalho, exerceram de forma excepcional algum trabalho nos últimos 30 dias.
- Trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho.

Desempregados

São os indivíduos que se encontram numa das seguintes situações:

- Desemprego aberto: pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias.
- Desemprego oculto: (I) por trabalho precário: pessoas que realizam de forma irregular, ou seja, em caráter ocasional e eventual, algum trabalho remunerado (ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes) e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás; (II) por desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente nos últimos 12 meses.

Inativos (maiores de dez anos)

Correspondem à parcela da PIA que não está ocupada ou desempregada.

Rendimentos do trabalho

É captado o rendimento monetário bruto (sem descontos de imposto de renda e previdência) efetivamente recebido, referente ao trabalho realizado no mês imediatamente anterior ao da pesquisa. Para os assalariados, são considerados os descontos por falta ou acréscimos devido a horas extras, gratificações etc. Não são computados o décimo terceiro salário e os benefícios indiretos. Para os empregadores, autônomos e demais posições, é considerada a retirada mensal.

PRINCIPAIS INDICADORES

Taxa Global de Participação⁴

Relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA). Indica a proporção de pessoas com dez anos ou mais incorporadas ao mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas.

⁴ As taxas (desemprego, participação etc.) específicas, de acordo com atributos das pessoas (sexo, cor, idade, posição no domicílio), são calculadas como proporção do grupo de indivíduos com o mesmo atributo na PIA ou na PEA. A título de exemplo, a taxa de desemprego para os indivíduos com atributo X = desempregados com atributo X / PEA com atributo X.

Taxa de Desemprego Total⁴

Equivale à relação Desempregados/PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto. Todas as taxas de desemprego divulgadas, referentes a tipos específicos de desemprego (aberto ou oculto) ou a atributos pessoais selecionados, são calculadas como uma proporção da PEA.

Rendimentos

Divulga-se:

- **Rendimento médio:** refere-se à média trimestral do rendimento mensal real no trabalho principal. A média trimestral é calculada com base em valores nominais mensais, inflacionados pelo IPC-SSA (Seplan/SEI) até o último mês do trimestre. Os dados de rendimento, investigados em cada mês, referem-se ao mês imediatamente anterior e, portanto, têm sempre esta defasagem em relação às demais informações da pesquisa. Por exemplo, os dados apurados no trimestre fevereiro-abril correspondem à média do período janeiro-março, a preços de março.
- **Distribuição dos rendimentos:** indica os valores máximos recebidos pelos 10% e 25% mais pobres, os valores mínimos recebidos pelos 25% e 10% mais ricos, e o rendimento mediano, que divide a população entre os 50% que têm os rendimentos mais baixos e os 50% que têm os rendimentos mais altos.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Rui Costa dos Santos – Governador
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
João Felipe de Souza Leão – Secretário
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
Eliana Boaventura – Diretora geral
Armando Affonso de Castro Neto – Diretor de Pesquisas
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE
José Álvaro Fonseca Gomes – Secretário
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO
Rubens Deusdedith Santiago Filho – Superintendente
FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS
Maria Helena Guimarães de Castro – Diretora Executiva
Maria Alice B. Cutrim – Coordenadora do Sistema PED
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS
Zenaide Honório – Presidente
Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico
Ana Georgina Dias – Supervisora Regional da Bahia
Lúcia Garcia – Coordenadora do Sistema PED

EQUIPE TÉCNICA DA PED-RMS

COORDENAÇÃO

Ana Maria S. Guerreiro (Coordenação SEI)
Ana Margaret Simões (Coordenação Dieese)

Equipe Técnica da SEI

Antoniél Ataíde Bispo Junior
Auristela da Cruz Rocha
Célia Maria Dultra Passos
Lenaldo Azevedo dos Santos
Luiz Chateaubriand C. dos Santos
Marcos dos Santos Oliveira
Marly Nascimento Muniz
Sandra Simone P. Santana
Arlene Rodrigues Silva (estagiária)
Erik Casio Castro da Silva (estagiário)

Endereço: Avenida Centro Administrativo da Bahia, 435 - CAB, 2º Andar. Salvador – BA. CEP: 41745-002 – Tel.: (71) 3115-4783
Fax: (71) 3116-1781 – E-mail: ped@sei.ba.gov.br / ped@dieese.org.br – Home Page:
www.sei.ba.gov.br / www.dieese.org.br